

Faculdade de Direito do Recife

---

# PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

**3.º ANO**

DO CURSO DE BACHARELADO

- |  |    |
|--|----|
| 1.ª Cadeira — <b>Direito Civil</b> . . . . .                             | 3  |
| Prof. Dr. <i>Joaquim G. C. Gondim Neto</i>                               |    |
| 2.ª Cadeira — <b>Direito Penal</b> . . . . .                             | 9  |
| Prof. Dr. <i>Otávio Tabares</i>  |    |
| 3.ª Cadeira — <b>Direito Comercial</b> . . . . .                         | 15 |
| Prof. Dr. <i>Sebastião do Rego Barros</i>                                |    |
| 4.ª Cadeira — <b>Direito Público Inter-</b><br><b>nacional</b> . . . . . | 21 |
| Prof. Dr. <i>Odilon Nestor</i>   |    |



**A N O 1939**



Faculdade de Direito do Recife

**PROGRAMAS DE ENSINO**

DAS CADEIRAS DO

**3.º ANO**

DO CURSO DE BACHARELADO

- |  |    |
|--|----|
| 1.ª Cadeira — <b>Direito Civil</b> . . . . .                             | 3  |
| Prof. Dr. <i>Joaquim G. C. Gondim Neto</i>                               |    |
| 2.ª Cadeira — <b>Direito Penal</b> . . . . .                             | 9  |
| Prof. Dr. <i>Otávio Tavares</i>  |    |
| 3.ª Cadeira — <b>Direito Comercial</b> . . . . .                         | 15 |
| Prof. Dr. <i>Sebastião do Rego Barros</i>                                |    |
| 4.ª Cadeira — <b>Direito Público Inter-</b><br><b>nacional</b> . . . . . | 21 |
| Prof. Dr. <i>Odilon Nestor</i>   |    |



**A N O 1 9 3 9**



# TERCEIRO ANO

---

## PRIMEIRA CADEIRA

### DIREITO CIVIL

(PARTE ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES)

#### 1.º

Ato jurídico e contrato. Requisitos e interpretação dos contratos. O consentimento: proposta e aceitação. Contratos entre ausentes.

#### 2.º

Dos defeitos dos atos jurídicos. Vícios do consentimento. Erro, dolo, coação, simulação e fraude contra os credores. O *agere in fraudem legis*.

#### 3.º

Da forma dos contratos e de sua prova. Das nulidades e suas espécies. Crítica da doutrina dos atos inexistentes. Anulabilidade, ratificação e conversão.

4.º

Das modalidades dos atos juridicos. Noção, especies e efeitos das condições. Termo e encargo.

5.º

Da classificação dos contratos no direito romano e moderno.

6.º

Os contratos mediante representante e em favor de terceiro. Direito romano e moderno. Teorias a respeito do direito do beneficiario: Efeitos dos contratos em favor de terceiro.

7.º

Fundamento da obrigatoriedade dos contratos. Das arras. Do dever de garantia em geral e, em particular, da evicção e dos vícios redibitorios.

8.º

Da compra e venda. Natureza juridica, requisitos e especies do contrato de compra e venda. Dos direitos e obrigações das partes. Riscos. Das clausulas especiais á compra e venda. Da retrovenda. Da venda a contento. Da preempção ou preferencia. Do pacto de melhor comprador. Do pacto comisorio. Da troca.

9.º

Da doação. Conceito, requisitos e especies de doação. Revogação e nulidades das doações.

10.º

Do contrato de locação em geral. Da locação de cousas. Direitos e obrigações do locador e do locatário, duração e termo da locação. Recondução tacita. Bemfeitorias. Locação de predios urbanos e rusticos. Direito de sublocar e cessão de arrendamento.

11.º

Da locação de serviços. Natureza juridica e especies. Direitos e obrigações das partes. O salario. Serviços liberais. Recondução tacita e duração da locação. Da empreitada. Dos riscos. Direitos e obrigações do empreiteiro e do dono da obra.

12.º

Do empréstimo. Natureza e requisitos do mutuo. Direitos, obrigações e prova do contrato de mutuo. Da promessa de mutuo. Do comodato, sua natureza e suas condições. Direitos e obrigações do comodato. Da promessa do comodato.

13.º

Definição e requisitos do contrato de deposito. Objeto e prova do deposito. Direitos e obrigações das partes. Das especies de deposito.

14.º

Do mandato. Concepção romana e moderna. Natureza juridica e condições do mandato. Da procução. As varias especies de mandato. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade em face de

terceiros. Ratificação. Substabelecimento. Da extinção do mandato. Da gestão de negócios.

15.º

Do contrato de edição. Direitos e obrigações das partes. Natureza jurídica e gozo dos direitos autorais. Das diferentes espécies de obras. Registro, contrafação e plágio. Da representação dramática.

16.º

Do contrato de sociedade. Espécies, forma e prazo das sociedades. Administração e representação social. Direitos e obrigações recíprocas dos sócios. Obrigações da sociedade e dos sócios para com terceiros. Dissolução das sociedades. Da parceria agrícola e pecuária.

17.º

Da renda e suas espécies. Do contrato de constituição de renda, condições de validade. Das rendas constituídas sobre imóveis. Dos contratos aleatórios. Do jogo e da aposta.

18.º

Do seguro em geral. Elementos do contrato de seguro. Objeto, prêmio, risco, sinistro e avaliação do dano. A apólice. As partes contratantes, seus direitos e suas obrigações. Da subrogação e do resseguro.

19.º

Espécies de seguro. Do seguro de vida em particular. Condições do contrato. Modalidades. Riscos,

sinistro e valor do seguro de vida. Situação jurídica do beneficiário. Da colação. Direito dos credores.

20.º

Desenvolvimento histórico da fiança. Natureza jurídica da fiança e suas consequências. Espécies de fiança. Do contrato de fiança. Dos efeitos e da extinção da fiança.

21.º

Da vontade unilateral como fonte de obrigações. A promessa de recompensa. A doutrina dos quasi contratos e dos quasi delitos. Responsabilidade sem culpa.

22.º

Dos títulos de crédito em geral. Dos títulos ao portador e suas espécies. Natureza jurídica dos títulos ao portador.

23.º

Fundamento da obrigação dos títulos á ordem e ao portador. Circulação dos títulos de crédito: tradição, endosso e cessão. Autonomia dos direitos do portador. Exceções oponíveis. Da extinção dos títulos de crédito.

24.º

Das obrigações por atos ilícitos. Dólo e culpa. Espécies e graus de culpa. Da legítima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade civil e criminal.

25.º

Da consequencia da inexecução das obrigações. Das perdas e danos e suas especies. Dano material e moral; direito comparado. Nexo causal. A obrigação de indenizar. Caso fortuito e força maior. Da liquidação das obrigações.

26.º

Do concurso de credores: tempo, lugar, objeto. Dos titulos de preferencia. Classificação de creditos. Dos privilegios gerais e especiais.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O professor catedrático  
(ass.) **Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Neto.**

---

# TERCEIRO ANO

---

## SEGUNDA CADEIRA

### DIREITO PENAL

#### PARTE ESPECIAL

- 1 — Dos crimes em espécie — Classificação dos crimes — Critério adotado no Código Penal Brasileiro.
- 2 — Dos crimes contra o Estado — Crimes políticos — Crimes sociais.
- 3 — Dos crimes contra a independência, integridade e dignidade da Pátria.
- 4 — Dos crimes contra a Constituição da República, forma do seu governo e contra a atual organização social.
- 5 — Dos crimes contra a segurança interna da República — Conspiração, sedição, ajuntamento ilícito.

- 6 — Dos crimes de resistência, tirada de presos, arrombamento de cadeias, desacato e desobediência às autoridades.
- 7 — Do incêndio e outros crimes de perigo comum.
- 8 — Dos crimes contra a segurança dos meios de transporte ou comunicação.
- 9 — Dos crimes contra a saúde pública.
- 10 — Dos crimes contra o livre exercício dos direitos políticos.
- 11 — Dos crimes contra a liberdade pessoal.
- 12 — Dos crimes contra o livre exercício dos cultos.
- 13 — Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.
- 14 — Dos crimes contra a liberdade do trabalho.
- 15 — Dos crimes de prevaricação e falta de exação no cumprimento do dever.
- 16 — Dos crimes de falta e suborno e concussão.
- 17 — Do peculato.
- 18 — Dos crimes de abuso de autoridade e usurpação de funções públicas e da irregularidade de comportamento.
- 19 — Do crime de moeda falsa.

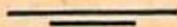
- 20 — Dos crimes de falsidade.
- 21 — Do contrabando.
- 22 — Dos crimes sexuais.
- 23 — Do atentado ao pudor.
- 24 — Da corrupção de menores.
- 25 — Do defloramento.
- 26 — Do estupro.
- 27 — Do rapto.
- 28 — Do lenocínio.
- 29 — Do adultério.
- 30 — Do ultraje publico ao pudor.
- 31 — Da poligamia e da celebração do casamento contra a lei.
- 32 — Do parto suposto e outros fingimentos. Da subtração, ocultação e abandono de menores.
- 33 — Do homicídio.
- 34 — Do infanticídio e do suicídio.
- 35 — Do aborto.
- 36 — Do duelo.

- 37 — Dos crimes contra a honra e a bôa fama. Da calunia.
- 38 — Da injúria.
- 39 — Do crime de dano.
- 40 — Do furto.
- 41 — Do estelionato. Do abuso de confiança e outras fraudes.
- 42 — Dos crimes contra a propriedade literária e artística.
- 43 — Dos crimes contra a pessoa e a propriedade. Do roubo e das extorsões.
- 44 — Das contravenções. Noções gerais.
- 45 — Da violação das leis de inhumação e da profanação dos túmulos e cemitérios.
- 46 — Do jogo e apostas. Das loterias e rifas.
- 47 — Das casas de empréstimos sobre penhores.
- 48 — Do fabrico e uso de armas.
- 49 — Do uso de nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces. Das sociedades secretas.
- 50 — Do uso ilegal da arte tipográfica.
- 51 — Da omissão de declarações no Registro Civil. Do dano ás coisas publicas.

52 — Dos mendigos e ébrios. Dos vadios e capoeiras.

Faculdade de Direito do Recife, 11 de Janeiro de 1939.

**Anibal Bruno.**





# TERCEIRO ANO

---

## TERCEIRA CADEIRA

### DIREITO COMERCIAL

#### PARTE GERAL

##### CONTRATOS E OBRIGAÇÕES COMERCIAIS

###### I

- 1 — Do commercio em geral, seu desenvolvimento.
- 2 — Conceito do Direito Commercial.

###### II

- 3 — Monumentos legislativos sobre o Direito Commercial, anteriores ao Codigo Commercial francês.
- 4 — Influencia exercida por este Codigo.

###### III

- 5 — Da legislação commercial brasileira.
- 6 — Fontes auxiliares ou subsidiarias do direito commercial.

IV

- 7 — Teorias a respeito de atos de commercio. 8 — Divisão de tais atos, geralmente admitida.

V

- 9 — Da capacidade e da proibição para o exercicio do commercio. 10 — Da mulher casada e do menor para o exercicio do commercio.

VI

- 11 — Dos livros do commerciante. 12 — Formalidades intrinsecas e extrinsecas a que são sujeitos.

VII

- 13 — Agentes do commercio. 14 — Prepostos commerciaes. 15 — Leiloeiros e corretores.

VIII

- 16 — Das sociedades commerciaes, regras que lhes são comuns. 17 — Da firma commercial e seu respectivo registro.

IX

- 18 — Das sociedades em nome coletivo e em comandita simples. 19 — Como se constituem. 20 — Dissolução e liquidação dessas sociedades.

X

- 21 — Das sociedades de capital e industria, sua constituição. 22 — Dissolução e liquidação dessas

sociedades. 23 — Das sociedades em conta de participação.

### XI

24 — Das sociedades por quota, de responsabilidade limitada. 25 — Como se constituem. 26 — Dissolução e liquidação de tais sociedades.

### XII

27 — De outras sociedades comerciais. 28 — Sociedade de capital variavel. 29 — Sociedade de credito agricola.

### XIII

30 — Das sociedades em comandita por ações. 31 — Como se constitue e como funcionam 32 — Dissolução e liquidação dessas sociedades.

### XIV

33 — Das sociedades anonimas e seu desenvolvimento. 34 — Como se constituem e como funcionam. 35 — Capital ações e capital **obrigações (debentures)**. 36 — Dissolução e liquidação dessas sociedades.

### XV

37 — Dos contratos comerciais in genere. 38 — Da compra e venda, suas diversas modalidades. 39 — Da venda com a reserva de dominio (**reservati dominii**).

XVI

- 40 — Da comissão mercantil, direitos e obrigações dela resultantes. 41 — Da comissão del credere. 42 — Distinção entre comissão e mandato mercantil.

XVII

- 43 — Do penhor mercantil. 44 — Dos armazens gerais; warrants.

XVIII

- 45 — Do contrato de transporte. 46 — Transporte rodoviário e por estrada de ferro; tarifas diferenciais.

XIX

- 47 — Do contrato do seguro; seus elementos constitutivos. 48 — Natureza deste contrato. 49 — Direitos e obrigações dele resultantes.

XX

- 50 — Dos títulos de crédito em geral. 51 — Das letras de câmbio e notas promissórias.

XXI

- 52 — Das pessoas que figuram na letra de câmbio e notas promissórias. 53 — Do saque, do aceite, do endosso, do aval. 54 — Natureza das obrigações cambiais.

XXII

- 55 — Do vencimentos e do pagamento dos títulos de credito. 56 — Do protesto e do pagamento por intervenção.

XXIII

- 57 — Da ação cambial. 58 — Da prescrição da ação cambial.

XXIV

- 59 — Dos cheques, cheques cruzados. 60 — Câmara de compensação (Clearing—House).

XXV

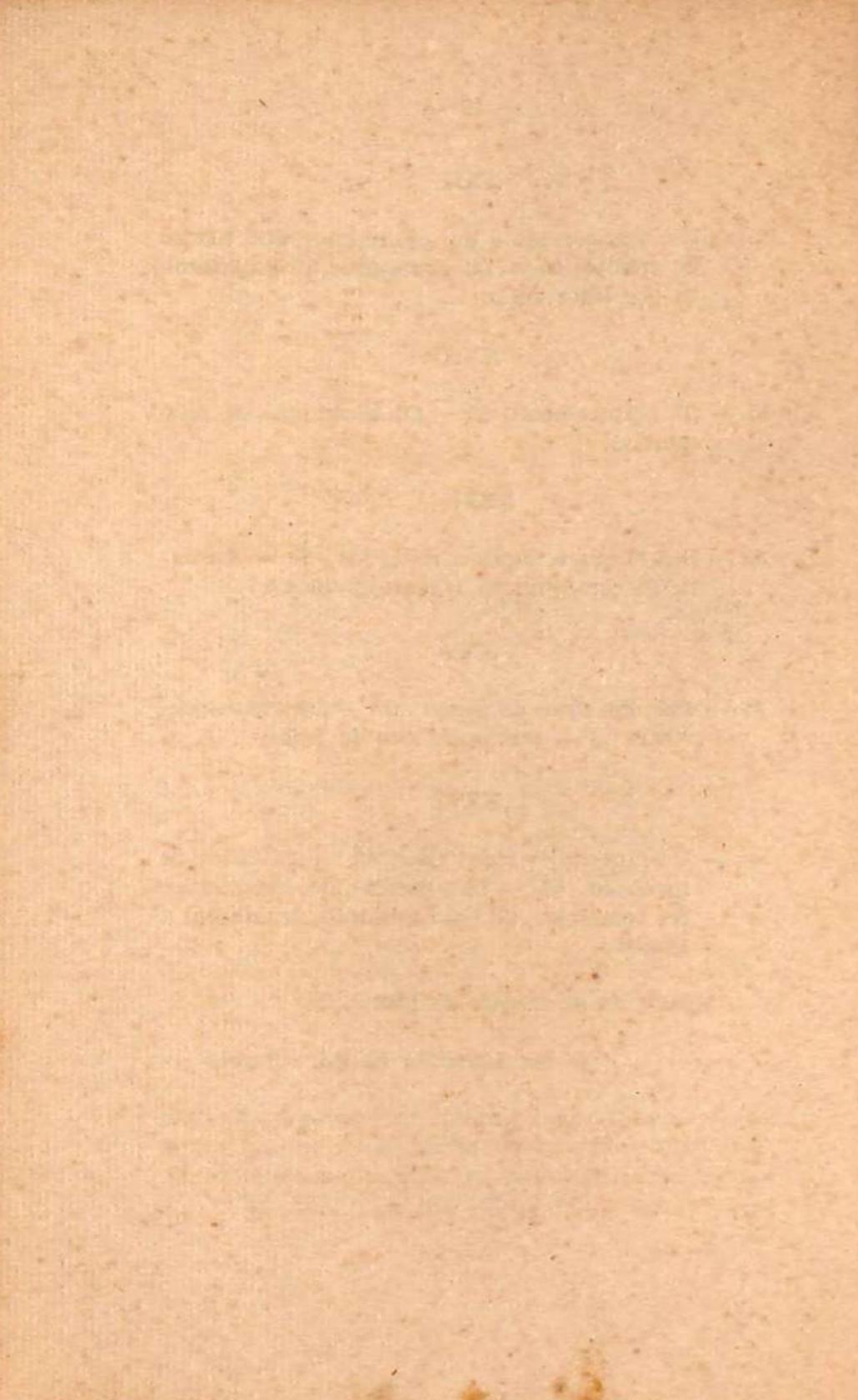
- 61 — Das operações de banco. 62 — Da conta-corrente. 63 — Das operações de bolsa.

XXVI

- 64 — Das invenções industriais. 65 — Patentes de invenção. 66 — Das marcas de industria e de comercio. 67 — Legislação brasileira a respeito.

Recife, 15 de Janeiro de 1939.

(a) Dr. Sebastião do Rego Barros



# TERCEIRO ANO

---

## QUARTA CADEIRA

### Direito Internacional Publico

#### 1.º

Origem e fundamento do Direito internacional publico. — Sociedades internacionais. — As doutrinas. — O monismo juridico.

#### 2.º

O sujeito de direito em Direito internacional. — Direito internacional publico e Direito internacional privado. — O controle de legalidade e as sanções em direito internacional público.

#### 3.º

O Estado: seus elementos constitutivos. — Características historico-politicas. — Delimitação das competencias estatais. — Estabelecimento da competencia estatal.

4.º

Modificações das competencias. — Ocupações de territorio. — Anexações; seus efeitos. — Substituições temporarias de competencia. — Servidões internacionais.

5.º

Neutralidade permanente. — Natureza juridica. — Regulamentação. — Neutralidades locais. — A vassalagem.

6.º

Colonização. — Doutrina classica. — Construção juridica. — Atribuição da competencia colonial. — Regulamentação da colonização.

7.º

O protetorado colonial. Natureza juridica. — Modalidades. — Protetorado "do Direito das gentes."

8.º

O mandato internacional. — Natureza juridica da instituição. — As diferentes classes de mandatos. — Regimen juridico. — Fim do mandato.

9.º

O federalismo. Seu sentido e seu alcance universal. — Federalismo por agregação e por segregação. — Doutrina classica. — A escola austriaca. — Construção juridica do federalismo.

10.º

As uniões administrativas. — Confederação de Estados. — O Estado federal. — Controle jurisdiccional das competencias.

11.º

A Sociedade das Nações. — Natureza juridica da Sociedade das Nações. — A organização da Sociedade. — A assembleia. — O conselho. — O secretariado. — Os organismos técnicos.

12.º

A União Panamericana. — Desenvolvimento do panamericanismo. — Natureza juridica da União dos Estados americanos.

13.º

As sociedades religiosas. — Evolução da Igreja católica. — A Igreja no direito internacional. — Doutrina classica. — A lei das garantias. — Os acordos de Latrão. — O Estado Vaticano.

14.º

As liberdades individuais e coletivas. — As "declarações de direitos" em direito internacional. — As ações.

15.º

A proteção da vida humana. — O asilo internacional. — A intervenção de humanidade. — Garan-

tia da liberdade corporal. — A escravidão negra. — A escravidão branca.

16.º

O livre comercio internacional. — O principio da "porta aberta". — A autarquia economica. — Liberdade das migrações. — Regulamentação da emigração e da imigração. — A liberdade de estabelecimento.

17.º

Proteção da propriedade privada. — A desapropriação. — As dividas de Estado. — Doutrina Drago e convenção Porter. — O regimen coletivista. — O comercio, a propriedade e a guerra.

18.º

A nacionalidade em Direito internacional. — A regulamentação. — As opções de nacionalidade. — As trocas de populações.

19.º

A proteção das minorias. — Natureza juridica do regime. — A garantia constitucional e a internacional. — Determinação das minorias. — Coletividades minoritarias. — O estatuto das minorias.

20.º

O direito dos povos de disporem de si mesmos. Significações e consequencias jurídicas do principio. — Evolução histórica e doutrinal. —

Como ele se distingue do principio das nacionalidades. — Estabelecimento do principio do "direito dos povos" em Direito positivo.

21.º

O costume e a legislação como expressões do Direito objetivo. — Carateres da situação objetiva. — Os principios gerais do Direito — Sua assimilação ao costume geral. — A jurisprudencia como fonte formal" do Direito.

22.º

O ato-regra em direito internacional. — O ato unilateral; o ato bi ou multi-lateral; o ato coletivo. — O ato legislativo unilateral em Direito privado internacional e em Direito publico interestatal.

23.º

Os tratados leis. — Natureza juridica do tratado-lei. — O instrumento e o conteúdo. — Fundamento da validade dos tratados-leis. — Validade dos tratados impostos pela violencia.

24.º

O dominio de obrigação dos tratados legislativos. — Efeitos da legislação convencional na ordem juridica interestatal dos governos signatarios. — A questão da promulgação. — Supremacia dos tratados sobre as leis constitucionais.

25.º

O problema do efeito dos tratados em relação aos "terceiros". — Processos normais de expansão do direito positivo convencional. — A Clausula da nação a mais favorecida. — Efeitos jurídicos. — Dominio de aplicação.

26.º

O problema da invalidação dos tratados-leis. — A abrogação explicita do direito convencional. — A incompatibilidade nas normas ou a abrogação implícita. — O desuso do direito convencional. — A clausula rebus sic stantibus. — Teoria da revisão.

27.º

Competencia dos governos legisladores. — A competencia dos governantes segundo as formas de Estado. — A competencia constitucional do legislador internacional e o direito interno. — Técnica formal da elaboração do Direito positivo convencional.

28.º

Competencia legislativa da Sociedade das Nações. — O Conselho. — O poder constituinte. — A assembleia: natureza de sua competencia. — A legislação organica. — A legislação técnica. — A legislação internacional do trabalho.

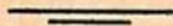
29.º

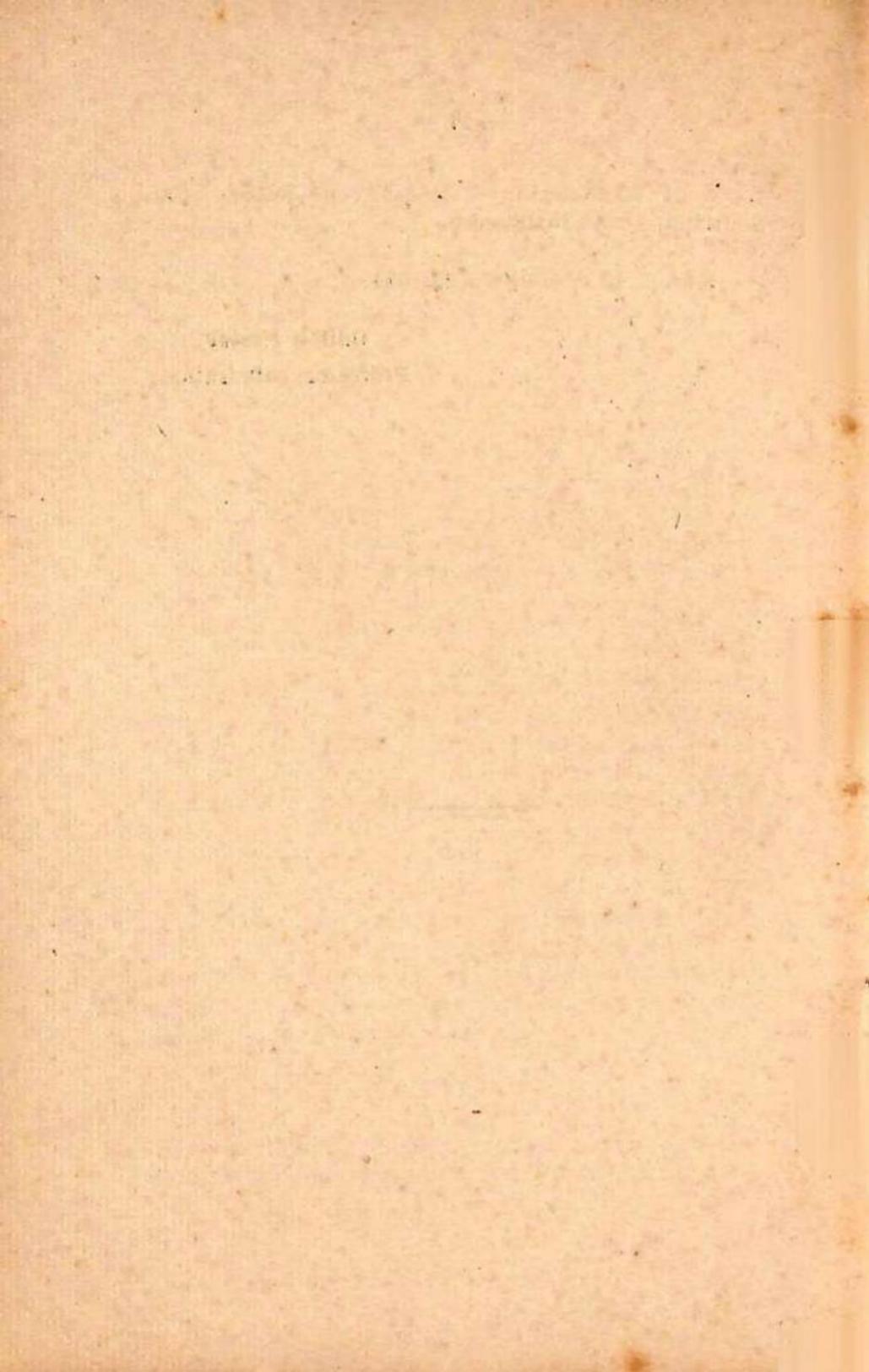
A codificação do Direito internacional. — Vantagens e inconvenientes da codificação. — Os me-

todos da codificação. — Os esforços feitos. — A doutrina. — As realizações.

Recife, 10 de Janeiro de -939.

**Odilon Nestor**  
Professor catedrático







# Faculdade de Direito do Recife

Horario das aulas do curso de bacharelado para o ano de 1939, organizado de acordo com a deliberação do Conselho Técnico-Administrativo, em sessão de 13 de Fevereiro de 1939.

1.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	DIAS E HORAS					Sabado Sala 3
		2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	
Introdução á C. do Direito Economia Politica Direito Romano	Dr. J. J. Almeida	14	14	14	14	14	14 15
	Dr. Alfredo Freyre		15		15		
	Dr. A. Chateaubriand	15		15		15	
2.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sala 2
Direito Civil (1a. P.º) Direito Penal (P. Geral) D. P. Constitucional C. das Finanças	Dr. Nehemias da Silva Gueiros	16		16		16	15 14
	Dr. Barreto Campelo	17		17		17	
	Dr. S. Mac-Dowell		15		15		
	Dr. Luiz Guedes		14		14		
3.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a	3a.	4a	5a.	6a.	Sabado Sls. 2 e 3
Direito Civil (2a. P.º) Direito Penal (P. E.) D. Comercial (1a. P.º) D. P. Internacional	Dr. Joaquim G. C. Gondim Neto		14		14		14 15
	Dr. Otavio Tavares	16		16		16	
	Dr. Rego Barros		15		15		
	Dr. Odilon Nestor	17		17		17	
4.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sls. 1 e 4
Direito Civil (3a. P.º) D. Comercial (2. P.º) D. J. Civil (1a. P.º) Medicina Legal	Dr. Andrade Bezerra		16		16		16
	Dr. Joaquim Amazonas	17		17		17	
	Dr. Pedro Palmeira	16		16		16	
	Dr. Edgar Altino	15		15		15	
5.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sala 5
Direito Civil (4a P.º) D. J. Civil (2a. P.º) D. Judiciário Penal D. Administrativo D. Int. Privado	Dr. Soriano Neto	15		15		15	11 15
	Dr. Mario Castro	16		16		16	
	Dr. Genaro Guimarães	17		17		17	
	Dr. Cunha Melo		14		14		
	Dr. Loreto Filho		15		15		

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de Fevereiro de 1939

Jaime Regueira Costa

SECRETÁRIO